

ENSINO SUPERIOR E INCLUSÃO: uma revisão de literatura

Augusta Karla Silva Quintanilha¹

Resumo

A educação inclusiva contempla diversos estudantes no Brasil, e estudar esta temática é importante, sobretudo na etapa do ensino superior. O objetivo desse trabalho é identificar como ações e políticas públicas de ingresso e permanência de estudantes com deficiência têm sido efetivadas no ensino superior no Brasil. Assim, foi realizada uma revisão da literatura, utilizando artigos das bases de dados Scopus, Google acadêmico e Scielo. Foram incluídos estudos teóricos e pesquisas de campo realizados no Brasil, publicados em português. O processo de inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior ainda sofre reflexos de uma educação básica deficitária para essa população. A inclusão desses estudantes no Brasil é garantida por lei, porém, ações afirmativas ainda são insuficientes para atender as demandas que ainda existem. Graduandos ainda se deparam com barreiras de natureza estrutural, pedagógica e curricular; contudo, a barreira atitudinal revela-se como a mais impactante no processo de inclusão dessa população, uma vez que se concretiza nas relações sociais, as quais são essenciais para a trajetória acadêmica.

Palavras-chave: Políticas públicas. Estudante universitário. Pessoa com deficiência.

Introdução

A educação inclusiva tem como finalidade assegurar a participação de pessoas com deficiência em todos os níveis de escolarização, da educação básica ao ensino superior, e demanda um conjunto de ações coordenadas e debatidas entre os agentes do processo — alunos com deficiência, gestores, professores, estudantes, pesquisadores e demais profissionais — para que se efetive de modo consistente (Silva; Pimentel, 2022). Para tanto, pressupõe não apenas a criação de mecanismos normativos e institucionais, mas também a construção de práticas pedagógicas e culturais que sustentem a inclusão como princípio orientador, articulando compromisso político e responsabilidade acadêmica.

¹ Doutora em Programa de Pós-graduação em Educação (UFRRJ), docente do UGB-FERP.

Nessa perspectiva, é fundamental o atendimento às necessidades educacionais específicas de estudantes com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento e altas habilidades/superdotação (SEESP-MEC, 2007). Essa integração implica conjugar o desenvolvimento dos sujeitos, a pluralidade cognitiva e a convivência com a diversidade cultural em instituições “com todos e para todos”, tanto na escola quanto na universidade (Pletsch, 2020). Trata-se, portanto, de deslocar o foco de intervenções segregadas para uma arquitetura educativa que reconheça e valorize a heterogeneidade como condição constitutiva dos processos de ensinar e aprender.

Diante disso, este trabalho se justifica pela importância de ampliar conhecimentos sobre essa temática, tendo como objetivo conhecer como têm sido discutidas e estudadas as políticas públicas para inclusão e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior no Brasil.

Metodologia

Foi realizada uma revisão da literatura. Para isso, foram selecionados artigos nas bases de dados SCOPUS, Google Acadêmico e SCIELO. Foram incluídos estudos teóricos e pesquisas de campo realizados no Brasil, que contemplassem a temática de políticas públicas relacionadas à inserção, inclusão e permanência de pessoas com deficiências no ensino superior.

Resultados e Discussão

Este trabalho teve como objetivo analisar como as políticas públicas voltadas à inclusão e à permanência de pessoas com deficiência no ensino superior brasileiro vêm sendo discutidas e estudadas. A partir da década de 1990, consolidaram-se no Brasil políticas educacionais inclusivas, inicialmente voltadas à educação básica, expressas em marcos legais como a Constituição Federal de 1988, a LDB n. 9.394/96, o Plano Nacional de Educação para Todos (2001) e a Política Nacional de Educação

Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e posteriormente no ensino superior (Oliveira et al., 2016). Nessa etapa, destacam-se o Programa Incluir e a criação dos Núcleos de Acessibilidade, responsáveis por promover o acesso, a participação e o desenvolvimento acadêmico de estudantes com deficiência nas instituições de ensino superior (Brasil, 2013; Maciel; Anache, 2017). Somam-se a essas iniciativas as ações afirmativas, como PROUNI e FIES, e a expansão das IES após 2008, que contribuíram, ainda que de forma incipiente, para o aumento desse público no ensino superior (Pletsch; Leite, 2017).

Apesar dos avanços, persistem importantes desafios. Dados do Censo da Educação Superior indicam crescimento expressivo nas matrículas de estudantes com deficiência entre 2012 e 2022, mas ainda insuficiente para reduzir as desigualdades em relação aos estudantes sem deficiência, além da ausência de informações sobre permanência e evasão (INEP, 2012–2022; Brasil, 2023). As pesquisas sobre o tema têm se organizado em três eixos principais: análise de políticas e práticas inclusivas, formação e recursos pedagógicos de apoio e acompanhamento das trajetórias acadêmicas desses estudantes (Pletsch; Leite, 2017).

Estudos apontam que o ingresso e a permanência de pessoas com deficiência no ensino superior público ainda são limitados por barreiras no processo seletivo, falta de acessibilidade, ausência de informações e dificuldades de mapeamento desses estudantes, o que fragiliza ações institucionais de inclusão (Martins; Leite; Ciantelli, 2018). Além disso, currículos pouco flexíveis e modelos institucionais excludentes comprometem a formação profissional e a posterior inserção no mercado de trabalho (Ribeiro, 2009; García, 2014).

Embora os Núcleos de Acessibilidade representem um avanço institucional, sua efetividade é limitada por entraves como financiamento insuficiente, falta de formação docente, ausência de diálogo com a comunidade acadêmica e restrição às instituições federais (Maciel; Anache, 2017). Historicamente, a invisibilidade das pessoas com deficiência no ensino superior, inclusive nos censos educacionais, contribuiu para sua marginalização, refletida na baixa representatividade atual, correspondente a apenas 0,42% das matrículas (Cabral, 2018).

Nesse contexto, a inclusão no ensino superior exige a superação não apenas de barreiras físicas e pedagógicas, mas sobretudo de obstáculos sociais e atitudinais. A convivência com a diversidade desafia práticas homogêneas e evidencia a singularidade das demandas dos estudantes com deficiência, reforçando que o principal entrave à inclusão efetiva reside nas concepções e atitudes que limitam sua autonomia e participação plena.

Considerações Finais

Este estudo teve como propósito aprofundar a compreensão sobre as políticas públicas voltadas à inclusão e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior brasileiro. A análise revelou que, embora avanços tenham ocorrido, eles ainda são insuficientes para atender às demandas existentes. Um ponto crítico identificado refere-se às barreiras atitudinais, que continuam sendo um dos maiores entraves à efetivação da inclusão. Apesar da existência de políticas, sua implementação não garante que as necessidades educacionais e sociais desses estudantes sejam plenamente contempladas. Assim, torna-se essencial repensar estratégias que promovam ambientes acadêmicos mais acessíveis e inclusivos. Por fim, recomenda-se que futuras pesquisas investiguem como essas lacunas impactam o cotidiano dos graduandos, contribuindo para a construção de práticas mais eficazes.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento orientador Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior**. Secadi/Sesu-2013. Brasília/DF, 2013. Disponível em: <[http://portal/mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf)>. Acesso em: 10 maio 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo da Educação Superior 2022**. Brasília/DF, 2023. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2022/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2022.pdf>. Acesso em: 15 de junho de 2024.

CABRAL, L. S. A. Políticas de ações afirmativas, pessoas com deficiência e o reconhecimento das identidades e diferenças no ensino superior brasileiro. **Education Policy Analysis Archives**, v. 26, p. 57-57, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.14507/epaa.26.3364>>. Acesso em: 29 jul. 2025.

GARCÍA, V. G. Panorama da inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho no Brasil. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 12, p. 165-187, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1981-77462014000100010>>. Acesso em: 17 abr. 2025.

MACIEL, C. E.; ANACHE, A. A. A permanência de estudantes com deficiência nas universidades brasileiras. **Educar em Revista**, v. esp. 3, p. 71-86, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-4060.52924>>. Acesso em: 29 jul. 2025.

MARTINS, S. E. S. O.; LEITE, L. P.; CIANTELLI, A. P. C. Mapeamento e análise da matrícula de estudantes com deficiência em três universidades públicas brasileiras. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, p. 15-23, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-35392018033>>. Acesso em: 29 jul. 2025.

MESQUITA, L. S. Políticas Públicas de Inclusão: o acesso da pessoa surda ao ensino superior. **Educação & Realidade**, v. 43, p. 255-273, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-623663861>> Acesso em: 29 de jul. 2025.

OLIVEIRA, R. Q. D.; OLIVEIRA, S. M. B. D.; OLIVEIRA, N. A. D.; TREZZA, M. C. S. F.; RAMOS, I. B.; FREITAS, D. A. A inclusão de pessoas com necessidades especiais no ensino superior. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, p. 299-314, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-65382216000200011>> Acesso em: 29 jul. 2025.

PLETSCH, M. D.; LEITE, L. P. Análise da produção científica sobre a inclusão no ensino superior brasileiro. **Educar em Revista**, v. esp. 3, 87-106, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-4060.51042>>. Acesso em: 17 jun. 2025.

PLETSCH, M. D. O que há de especial na Educação Especial Brasileira? **Momento-Diálogos em Educação**, v. 29(1), p. 57-70, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.14295/momento.v29i1.9357>> Acesso em: 17 jun. 2025.

RIBEIRO, S.C.M. **Inclusão social dos jovens com deficiência mental**: o papel da formação profissional. 206f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) - Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti, Porto, Portugal, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.esepf.pt/handle/20.500.11796/755>>. Acesso em: 29 jul. 2025.

SEESP-MEC. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2007. Disponível: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 20/07/2024.

SILVA, J.; PIMENTEL, A. A inclusão no ensino superior: vivências de estudantes com deficiência visual. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 28, e0012, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-54702022v28e0012>>. Acesso em: 17 jun. 2025.